

O Trabalhador

ANO V Tip. União Gráfica R. de Santa Marta, 158 — Lisboa Director e Editor: Manuel de Anunciada Soares Redacção e Administração: R. Copelo, 5 — 2.ª, Esq. QUINZENARIO — Avulso \$30 N. 1 DE JANEIRO DE 1939 Propriedade da Empresa da Revista Renascimento, L.ª

Palavras duras

Temos lutado contra os maus patrões, temo-nos queixado da brutalidade das leis, temos barafustado contra a falta de fiscalização — causas principais da miséria dos operários.

Hoje, queremos queixar-nos dos operários e protestar contra a falta de união, contra a falta de camaradagem e contra a sua cobardia. Não é esta uma das principais causas da opressão de que são vítimas?

Ora vejamos. Um patrão cumpre mal os seus deveres, oprime os seus operários, merece todas as prepotências sobre a sua fraqueza. Se ninguém se queixa, continuará ele a fazer o que quer, a rit-se das leis, a escarnecer dos fiscais. Faria o mesmo se os operários se queixassem?

A culpa, neste caso, de quem é? Só vossa, e de mais ninguém. Um patrão abusa. Há um operário que se queixa. Logo os outros, ou algum deles, apressa-se a atribuir a este ou àquele o «grande crime». Todo o efeito da nobreza de carácter do que se queixou se perde, todo se cala, tudo trempe. O patrão sente forças para ameaçar o «atrévido».

Um outro patrão não cumpre. Um operário acusa. Um camarada vai denunciá-lo ao patrão. O que cumpre o seu dever é irremediavelmente despedido. Perde o seu pão e é lançado na miséria. Ninguém mais se atreverá a queixar-se. O patrão fica livre para, dali por diante, fazer o que quiser.

De quem é a culpa? Tudo isto se tem dado, prezados amigos, até a denúncia! Nestas condições, que podemos nós fazer? A culpa de haver tantos patrões maus é a maldade, a falta de camaradagem e de união de tantos operários. A culpa é vossa!

Nem haja a desculpa do medo de perder o pão. Se todos se unissem, ninguém perderia o seu pão. Nem apareça o escrúpulo de fazer uma denúncia. Obrigar a cumprir a lei, defender os nossos legítimos interesses e os interesses dos que são

explodiados, não é crime, antes acto de virtude.

Não nos podemos calar diante das injustiças, venham elas donde vierem! É esse o nosso dever.

Condenamos, portanto, com a maior veemência a insensatez e a falta de carácter dos operários que denunciam, directa ou indirectamente, aqueles que ousam cumprir o seu dever. Deus é justo e lhes pagará a sua feia acção.

Amigos! Cumpri o vosso dever! Não exagereis, não mintais. Mas, dizendo só a verdade, não calcis as injustiças de que sois vítimas. Se assumis todos procedessem, a situação mudava-se de um dia para o outro. Como estão tontos a proceder, é muito difícil vencer.

Ao iniciar este ano de 1939, são estas as palavras que «O Trabalhador» vos dirige.

«São duras de ouvir? São elus as únicas que vos poderão salvar.

A. V.

«O Trabalhador» deseja a todos os seus assinantes, leitores e amigos um Ano Novo cheio de prosperidades espirituais e temporais.

1939, VIII.º centenario da fundação da nossa nacionalidade, tem de ser um ano de triunfo para a causa sagrada da justiça social na nossa querida Pátria. Juramos que o será! 1939 — 1.º ANO TRIUNFAL! Boas-Festas!

Empresas estrangeiras

Pondo as coisas nos seus lugares

Conforme o prometido, cá estamos a publicar a carta que nos foi dirigida pela The Anglo-Portuguese Telephone Company Ltd, a propósito do artigo em que pretendemos defender as telefonistas de certos abusos que então denunciámos.

Eis o texto integral da referida carta: ... Senhor: Por não corresponderem à verdade certas informações contidas no artigo do vosso jornal de 1 de corrente, intitulado «Empresas Estrangeiras» pedimos a publicação da presente carta que repõe os factos, deturpados por não se ignorância do informador, por má fé ou ignorância dos seus direitos, para que tanto V. Ex.ª como os seus leitores não fiquem fazendo erradas suposições sobre o modo de proceder desta Companhia para com o seu pessoal.

Horários das Telefonistas das Estações Extra-Urbanas — Nestes horários, como de resto em todos os outros, cumpre-se integralmente o que se encontra estipulado no Decreto 24.402 e seu Regulamento, e em particular no artigo 1.º Parágrafo 4.º.

Telefonistas assalariadas — Efectivamente a este pessoal que designamos como telefonistas «Ajudantes», só são pagos os dias em que trabalham. Não se comprehenderia, e estamos certos de que ninguém de bom senso o admite, o pagamento de uma semana ou de um mês, a pessoal cujos préstimos só fossem utilizados durante um ou dois dias. Este pessoal é admitido para substituir o pessoal dos Quadros em faltas ocasionais, excessos de serviço, etc., e a quando da sua admissão as pretendentes tomam conhecimento das condições, (que accitam por carta), em que desempenharão as suas funções.

O vencimento deste pessoal é inicialmente de Esc. 10.000 por dia, aumentado para Esc. 12.500 no fim de dois anos e com a possibilidade de passarem aos Quadros da Companhia e respectivos aumentos.

Considerar miseráveis um salário inicial de Esc. 10.000 por (normalmente) 7 horas de trabalho, é querer ignorar os salários que em outros serviços muito mais extenuantes se pagam em Lisboa e muito especialmente nos subúrbios e a prova é que as pretendentes a esses lugares são tantas que a Companhia só tem a dificuldade da escolha.

Serviço em terras diferentes — E evidente que para se darem folgas semanais, férias anuais, etc., ao pessoal em serviço nas Estações Extra-Urbanas, se torna necessário enviar para o lugar das empregadas que folgam, alguém que desempenhe o seu serviço, isto na impossibilidade de fechar essas Estações ou mudá-las para as proximidades das residências do pessoal a quem é destinado esse serviço...

Despedimento de pessoal — Não é verdade que se tenha despedido pessoal nas condições apontadas. O que sucedeu foi serem dispensadas por algum tempo as telefonistas «temporárias» desnecessárias ao serviço nesta época, o que de resto sucede todos os anos. O motivo é sempre o mesmo. Admitidas «temporariamente» no principio do período para substituição de pessoal em faltas ocasionais, excessos de serviço, etc., e a quando da sua admissão as pretendentes tomam conhecimento das condições, (que accitam por carta), em que desempenharão as suas funções.

(Continua na 2.ª pag.)

A nobreza do trabalho

A profissão do trabalhador é nobilíssima. O trabalho é uma honra, uma alta dignidade: faz-nos irmãos de Jesus Cristo, que foi trabalhador, eleva-nos para Deus, e alcança-nos merecimentos infinitos para a eternidade. Trabalhar é dar glória a Deus, e glorificar o Criador, é santificar a nossa vida, é sublimar a nossa existência. O trabalho é a fonte de toda a produção, é a providência da sociedade, é a felicidade para todos.

O Trabalhador é a alma do Universo. É ele que aciona todo o progresso, que promove toda a actividade social — o trabalhador é a mais perfeita imagem de Cristo no mundo.

Quando o trabalhador vive com Cristo, torna-se outro Cristo na terra e então é um Sacramento da Divindade. Jesus Cristo não foi doutor, nem engenheiro, nem homem das letras, nem das ciências, nem rico, nem milionário, nem grande capitalista — não viveu no luxo nem no apogeu, nem na abundância. Foi única e simplesmente operário e viveu pobre.

Condenou os opressores e os exploradores, os vicios e a luxúria, amateu os escândalos e as injustiças — Jesus Cristo foi o divino operário e o nosso resgate, a nossa redenção, a nossa glória e libertação estão em Jesus Cristo. Sigam-no e seremos felizes!

Viva Jesus Cristo, Divino Operário e Nosso Salvador. Setembro, 5 de Dezembro de 1938. João da Silva Baptista

A questão açucareira

A questão açucareira, vem-se arrastando sem solução, que parece ser impedida por alguns indivíduos que querem impor os seus interesses como interesses nacionais. Datam de mil novecentos e trinta e quatro as primeiras representações dirigidas às entidades oficiais pelo Sindicato de Operários Mecânicos do Açúcar de Lisboa. Mas até hoje nada.

Porquê? Porque o Estado Novo tem muitos homens que dão vivas a ele, mas sem se integrarem na sua doutrina e muito menos no seu espirito. Estão com o Estado Novo enquanto lhe mantiver a segurança e integridade das suas passas e bens. Dão vivas ao Estado Corporativo porque fazem dele a pobre ideia de só existir para manter os trabalhadores na sua posição de rebaldamento e de inferioridade. No entanto nada de civir falar em sindicatos, pois eles incomodam-nos com as suas reclamações de salários.

E porque são católicos, e católicos romanos e têm mesmo o ar de quem traia a Igreja na barriga, vão dando as suas esmolas aos seus pobres operários nos dias de festa do Senhor! Que beneméritos, que nacionalistas, que católicos!

Basta de beneméncias, senhores, basta de fantochadas! Mas vamos à questão. O que importa saber é se o País pode ou não consumir açúcar por preços mais baratos, sem contudo deixar de ser protegido o trabalho nacional.

Parece que os produtores de Angola não têm condições de fornecer açúcar com base às necessidades do mercado. Porque não vem também o açúcar de Moçambique? Não será também território nacional, não é também uma provincia ultramarina?

Nós não queremos uma concorrência deslealdade, a anarquia dos mercados, o rebaldamento dos preços. Quem julgar que está aí a solução de todas as nossas dificuldades económicas, engana-se redondamente. Mas de aí até se manterem preços altos, que possam ser fictícios é também um grave erro económico pelas restrições que põe ao consumo e não concorrendo pouco para as paralizações de trabalho.

Não é isto que se dá com o açúcar? A industria de refinação de ramos passa por uma crise tremenda. Os salários que auferem os que trabalham é mesquinho. Os dias de trabalho não vão além de cinco dias por semana.

Estes braços caídos e estas bocas com fome, não podem acreditar em nada. E no entanto, segundo os cálculos do Sindicato, talvez não fosse muito difícil atingir o consumo de perto de 60.000.000. Quanto este consumo, atingido, não representa de abundância e de felicidade em tanto lar.

Nesta questão há um Despacho que nos queremos fique arquivado nestas colunas: «As queixas postas, quanto à industria de refinação de ramos não podem ser satisfatoriamente resolvidas, sendo por meio de um grémio ou comissão reguladora.

Por isso se deve enviar ao Ministério do Comércio e Industria, caso os interessados o não hajam feito directamente, cópia das representações dirigidas ao Governo e das queixas formuladas, para que por all se possa estudar a organização conveniente aos respectivos interesses.

(a) António de Oliveira Salazar

Este número foi visado pela Comissão de Censura.

Dia de Ano Bom

Porque é que a gente chama a ro dia do ano de Ano Bom? Quem pode saber se ele será bom? É porque a vida é dura, não quem que uma vez ou outra lhe ta a dureza. As doenças, os desafortunados, não aparecem só aos patrões de todos — e todos neste mundo a um bocadinho de de, e a todos nos acompanha a de que a um dia mau suceda o lhor.

Não há mal que sempre dure, que se não acabe! — diz o povo. Não é bem assim. Há bem que dura — é o que Deus, criador dos homens, nos destina noutra tvermos cumprido nesta a sua:

E há um mal que forçosamente acaba: é o mal de quem vive f de Deus. Esse mal tem de acabar-nos ou não. Ou neste mundo, se vemos o caminho mau que tril nos lançamos nos braços miseri de Deus, que com uma lágrima ro arrependimento leva uma vid de iniquidades. Ou acaba no se prestarem as contas a que escapa.

Esta a curta e salutar meditação todos devemos fazer neste dia Bom!

O Ano será bom, será o melhor a vida, se tivermos uma hora de mento e examinarmos a nossa cía.

Temos cumprido a lei de Deus. Não pode devesa para com a nossa para com os companheiros da n fessão, para com a Pátria, para criaturas de Deus que fora dela a viram a luz de Cristo e a que obrigação de mandar missionários liando-nos com as nossas emsonas.

Se ainda o não fizemos, se não redados do cumprimento dos nos res, ainda estamos a tempo, reus a nossa culpa, façamos o firme de tomar pelo caminho do bem, ano será para todos, o que para sejo, um Ano Bom!

«A VERDADE»

Por dificuldades de paginação, fizemos, no nosso último número, a alteração ao aniversário do nosso colega A Verdade.

Embora tarde, não queremos do, deixar de deixar a Direcção thante semanário os nossos mentos muito amigos de parat

«A Verdade» é um jornal si só se impõe e é um dos r que tem a coragem de dizer as que é preciso dizer. Bastaria ra nos metter a nossa maturida. Mas há a acrescentar ainda com que se apresenta e gência com que é dirigido.

E, acima de tudo isto, a au de que com sempre se refere o humilde jornal, quando dá etc.

Por isso os nossos parabéns, atravados, queremos que seja mais sinceros e dos mais ami

A ROMA

É já do conhecimento de todo Jac de todo o mundo vai a Ro Setembro próximo, numa peregrinação.

São delegações de todos os países do Papa vão protestar a sua intenção: é Hierarquia, a Igreja, e Cristo Portugal precisa de ir também a que vai?

A França envia 10.000 jocias. A Bélgica 5.000. E nós? Vamos cotizar-nos para que Secção envie, pelo menos, um representante, Jocias como nós, operários.

Organizem-se festas, tomem as iniciativas para arranjar dinheiro. Já não folto um ano. Mãos à obra!